



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA
Gabinete do Prefeito

OFÍCIO N.º 209/2025

Chuvisca/RS, 26 de setembro de 2025.

Senhor Presidente:

Ao saudá-lo cordialmente, em atenção aos termos do Memorando nº 11/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e Redação Final, encaminhado através do **Ofício nº 85/2025**, referente ao **Projeto de Lei nº 034/2025**, que dispõe sobre o REFIS 2025, encaminhar as devidas justificativas sobre as adequações e complementos solicitados pela análise técnica desta Casa Legislativa.

Na oportunidade, venho por meio deste, remeter a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, conforme estudo de adequação orçamentária e financeira elaborado pela Divisão de Contabilidade deste Poder Executivo, conforme cópia em anexo, a fim de prestar as respectivas respostas aos questionamentos apresentados.

Importante destacar, ainda, que o referido documento apresenta as diretrizes, metodologia de cálculo e considerações técnicas necessárias para justificar a medida proposta e a estimativa do seu impacto nas finanças públicas, a fim de atender às normas legais aplicáveis à matéria e preservar o interesse público envolvido, de modo que não se vislumbra, a rigor, qualquer óbice formal e/ou material ao regular andamento da proposição.

Por outro lado, no que se refere à prorrogação do prazo para adesão ao REFIS, que conforme o texto da proposição poderá se dar *“por igual período, a critério da Administração Pública, em caso de necessidade devidamente justificada, por Decreto Municipal”*, cabe ressaltar que se encontra devidamente definido no Projeto de Lei, sendo que eventual prorrogação do prazo para adesão ao programa, por igual período, em nada influi quanto à estimativa do impacto, visto que foi elaborado com base no histórico de dívidas ativas consolidadas, ou seja, a memória de cálculo levou em consideração **todos os créditos tributários e não tributários vencidos**, inscritos ou não em dívida ativa.

Portanto, considerando que eventual dilação do prazo para adesão ao REFIS 2025 somente ocorrerá *“em caso de necessidade devidamente justificada”*, não sendo automática, inexistente prejuízo ao erário e ao interesse público envolvido, pois a inclusão do dispositivo visa somente resguardar a Administração Pública em possíveis excepcionalidades que justifiquem a ampliação imediata do período de adesão.

Tal permissivo legal não resulta em limitação ou ampliação dos benefícios concedidos pelo programa, pelo contrário, busca atender à finalidade da norma, possibilitando ao Executivo municipal, desde que devidamente justificado, estenda o prazo de adesão para contemplar contribuintes que porventura não tenham conseguido realizar a inscrição durante o prazo legal, com base em critérios de conveniência, oportunidade e razoabilidade.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUVISCA
Gabinete do Prefeito

Importante frisar que a redação dada ao dispositivo é comum e corriqueira, constando em inúmeras leis que tratam da mesma matéria aprovadas em todo território nacional, de modo que não afronta a legislação local, estadual e nacional, devendo o Projeto de Lei nº 034/2025 ser aprovado nos exatos termos em que apresentado.

Por fim, no que tange à recomendação acerca da inclusão de dispositivo que trate da vedação de remissão de débitos decorrentes de sanções aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado, **não se vislumbra nenhuma irregularidade na proposição**, visto que a matéria é de competência do Poder Executivo e o acréscimo não se faz necessário justamente por inexistir possibilidade de sua remissão por programas de recuperação fiscal.

Assim, tendo em vista que a proposição não faz qualquer menção sobre a matéria, bem como considerando que se trata de tema pacificado no sentido de que é inviável a remissão de multas e juros aos débitos provenientes de decisões de Tribunais de Contas, pois essas condenações, especialmente as que resultam em danos ao erário, são consideradas créditos de natureza definitiva e impessoais, não passíveis de perdão administrativo ou perda do caráter coercitivo, entende-se que é dispensável a inclusão de dispositivo legal para regulamentação da matéria.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos e aproveitamos a oportunidade para enviar os nossos cordiais cumprimentos.

Márcio Sidinei Konflanz
Prefeito Municipal de Chuvisca/RS

Exmo. Sr.
Hélio José Langhanz,
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores,
Chuvisca/RS.